

Intérprete de Língua de Sinais: Considerações Preliminares

"(...) muitas vezes é necessário um mediador que auxilie o surdo na aquisição de informações sobre a cultura e o universo ouvinte e, sem dúvida, o intérprete é fundamental nessa interação."

As questões relacionadas à pessoa surda são bastante complexas e têm suscitado muitas discussões em torno de metodologias de ensino, da integração na comunidade ouvinte, das línguas a aprender/ensinar, entre outras, que são enfocadas pela comunidade solidária¹ nos meios escolares e também através dos artigos que permeiam o cotidiano acadêmico.

Dentre essas destaca-se o bilingüismo, abordagem atual ao ensino do sujeito surdo, que preconiza a língua de sinais como primeira língua a ser adquirida pela criança surda, possibilitando-lhe desenvolvimento pleno, tal como acontece com crianças ouvintes. Neste sentido, SÁNCHEZ (1993:32) afirma que: "A vantagem do uso da língua de

sinais é que só ela é capaz de desenvolver o centro cerebral da linguagem nos surdos, o que significa dar [aos surdos] reais possibilidades de desenvolvimento cognitivo, afetivo e emocional".

Esse olhar atento à língua de sinais tornou-a alvo de inúmeras pesquisas científicas, o que tem resultado na sua aceitação como língua natural dos surdos. Bellugi, Poizner e Klima (1987) apud SKLIAR (1994:3-4), em suas pesquisas, comprovaram que lesões no hemisfério cerebral esquerdo provocam em pessoas surdas uma afasia para a língua de sinais; e lesões no hemisfério direito produzem desordens viso-espaciais, mas não lingüísticas. Assim, na organização neural humana, a especialização hemisférica tanto se dá para línguas auditivo-orais como viso-espaciais.

Pesquisas lingüísticas levaram ao consenso de que a língua de sinais não é pantomima e não se resume a alguns sinais icônicos. Ao contrário,

¹ Segundo Massone e Johnson apud SKLIAR (1995, p.8), ouvintes envolvidos ideologicamente com a comunidade de surdos, ou seja, filhos ouvintes de pais surdos e especialistas ouvintes.

Cleidi Lovatto Pires
Especialista. Mestranda do
Programa de Pós-Graduação
em Educação –
Universidade Federal de
Santa Maria-RS

Maria Alzira Nobre
Ph.D. Orientadora do
Programa de Pós-Graduação
em Educação –
Universidade Federal de
Santa Maria-RS

possui estrutura própria, transmite sentimentos, emoções, valores e permite à pessoa surda acesso ao pensamento abstrato. Conforme SKLIAR (1991:18),

Ulteriores análisis han aclarado como funciona esta lengua: cómo los sutiles cambios que se producen en la configuración manual, en la orientación de la palma de la mano, en el lugar y en el movimiento en el espacio crean variaciones en el vocabulário y en la sintaxis. Estos estudios permiten entender ahora, sin prejuicios, cómo esta lengua es utilizada para la conversa-

"(...) ao intérprete cabe ouvir, entender, assimilar, reproduzir; ele necessita também memória, concentração, raciocínio rápido."

ción cotidiana, para los argumentos intelectuales, la ironia, la poesia etc..

É preciso atentar ao fato de que a pessoa surda geralmente convive com duas línguas em seu cotidiano, ou seja, mantém com seus pares surdos comunicação através da Língua Brasileira de Sinais (LBS) e utiliza a língua portuguesa oral ou escrita em muitas situações, no convívio com ouvintes. Esse fato realça so-

bretudo algumas questões pertinentes aos estudos que envolvem a língua de sinais, a surdez e a comunidade ouvinte, como o papel do intérprete, pois muitas vezes é necessário um mediador que auxilie o surdo na aquisição de informações sobre a cultura e o universo ouvinte e, sem dúvida, o intérprete é fundamental nessa interação.

A função do intérprete é geralmente relacionada com a do tradutor. Entende-se por tradução a passagem de um texto escrito de uma língua para outra; quando o texto for oral, diz-se que há interpretação. Esta é parte intrínseca da tradução, ou seja, a interpretação é um tipo de tradução. Mas há nessas atividades diferenças fundamentais. No seu trabalho, o tradutor dispõe de tempo para compreender

o texto a ser traduzido, utilizando, se for necessário, estratégias como glossários, notas de rodapé, comentários, etc., na produção dos textos de chegada (textos traduzidos). Enquanto que ao intérprete cabe ouvir, entender, assimilar, reproduzir; ele necessita também memória, concentração, raciocínio rápido.

RÓNAI (1987:57) argumenta que

A atividade do intérprete implica forçosamente

improvisação, limitação de tempo, rapidez de ritmo, exigências excepcionais de memória, espera de reação imediata. Enquanto isso, o tradutor opera (pelo menos teoricamente) sem limitações no tempo e no espaço e sem espera de reação imediata, sob exigências de memória mínimas.

Sobre essas particularidades, AUBERT (1993:16) coloca que

Na interpretação simultânea, a comunicação primeira e sua respectiva tradução são quase co-ocorrentes (na média, o intérprete encontra-se três palavras atrás da fala original). Assim, o processo tradutório tem de ser efetuado não apenas sem uma visão completa de tudo, mas até da estrutura sintático-semântica de cada enunciado da emissão original, ocasionando, como é de se esperar, alguma hesitação, improvisação e recriação.

Por isso, é importante que o intérprete de língua de sinais conheça previamente o texto da língua-fonte, com a finalidade de realizar um trabalho o mais fiel possível.

Mas há outros aspectos que devem ser considerados e que tornam os textos de partida, textos a serem traduzidos, mais ou menos traduzíveis. Vejamos alguns deles.

1 Aspecto sócio-cultural.

Tratando das questões específicas da interpretação em língua de sinais, BRITO (1993) observa que existe uma diferença sensível entre conhecer o mundo através da língua inglesa ou da língua

portuguesa. Essa afirmação tem a ver com a célebre hipótese de WHORF (1973), segundo a qual a língua condiciona a maneira como o falante interpreta o mundo à sua volta. Assim também conhecer o mundo através de um código lingüístico não-verbal deve ser diferente de como um usuário de uma língua oral vê esse mesmo mundo. MOUNIN (1975:51) complementa que «a língua é a expressão da forma sob a qual o indivíduo vê o mundo e o carrega no interior de si mesmo».

A diferença essencial entre as línguas orais e sinalizadas é que a língua oral é uma língua onde o canal receptor de informações é o ouvido e o canal de emissão é a fala (língua auditivo-verbal); enquanto que a língua de sinais tem como canal de recepção a visão e como emissor as mãos, a expressão facial e o corpo (língua viso-gestual).

A particularidade relevante, portanto, consiste em canais de recepção e produção diferentes, que individualizam as respectivas culturas; estas percebem o mundo de maneira diferente, têm valores e características próprias de interpretar o cotidiano. Assim, o intérprete precisa conviver e conhecer as especificidades da comunidade surda, sua história, seus costumes, a fim de relacionar as semelhanças ou diferenças da língua/cultura de partida (língua portuguesa) com a língua/cultura de chegada (LBS). O intérprete de língua de sinais, como qualquer outro, necessita atentar também para os chamados idiomatismos culturais, os quais não podem ser decodificados literalmente justamente por serem culturais, ou seja, são usados somente



em determinada cultura.

Para melhor entendimento, segue um exemplo utilizado nos países de língua inglesa. Quando se deseja demonstrar que algo ou alguém é visto com especial afeição, se diz que «He/She is the apple of my eyes». Se se fosse traduzir literalmente para o português, «Ele/Ela é a maçã dos meus olhos», essa expressão não faria sentido. No Brasil, para transmitir o mesmo significado, diz-se que «Ele/Ela é a menina dos meus olhos». Nesta situação, o intérprete deverá, sem dúvida, conhecer a cultura da língua de chegada (no caso, a cultura brasileira), para adequar sua tradução.

Nesse contato bilíngüe do intérprete (com a língua fonte e com a língua meta), portanto, é importante que ele dirija um olhar especial à língua de sinais, no sentido de respeitar as particularidades cul-

turais construídas a partir dela, a história social de seus usuários, suas condutas, costumes e crenças.

Conforme o argumento de CHERRY (1966:122),

Uma língua determinada não [é] inventada nem estabelecida arbitrariamente em certo momento no tempo, por via de autoridade, como um sistema de codificação de fichário, mas [acompanha] a história da comunidade, mudando conforme [mudam] as condições sociais.

2 Aspectos ideológicos.

Bordenave cita exemplos que mostram a relação intrínseca entre linguagem e ideologia.

Para Volochinov apud BORDENAVE (1988, p. 20-1), «a linguagem é a materialidade específica da ideo-

"(...) exigir do intérprete uma adesão completa ao estatuto da fidelidade seria desacreditá-lo, desconsiderá-lo enquanto sujeito no seu processo de vida e no desenvolvimento de sua «plena realização» profissional."

logia. Além da materialização da ideologia, a linguagem atua como sua transmissora e perpetuadora. Ela confirma os sistemas de crença que legitimam as instituições de poder».

Na ordem do discurso, Foucault apud BORDENAVE (1988, p. 20-1) «mostra como não se pode separar o conhecimento lingüístico do ideológico e como, através de vários mecanismos, o discurso é disciplinado. É o princípio do proibido. Não se pode falar de tudo. Não se pode falar de tudo em qualquer circunstância. Não se pode falar de tudo para qualquer pessoa». Diz também que o sentido do discurso se origina em outros discursos previamente existentes, que lhe fornecem matéria-prima.

Nesse sentido, há questões a serem consideradas em relação à subjetividade do intérprete, através da qual se filtra sua ideologia, pois muitas pessoas consideram que a interpretação deve ser fiel. Poder-se-ia falar em fidelidade se as línguas apresentassem estruturas muito semelhantes, precisando somente transpor palavras de uma língua para outra. Mas, como afirma RÓNAI (1987:21), « não há línguas assim, nem mesmo entre idiomas cognatos.»

A atividade de traduzir não

é mecânica. Não basta o intérprete ser bilíngüe e conhecer as duas línguas muito bem e, simplesmente, transferir

significados de um texto fonte para um texto meta, pois as informações fazem parte de um contexto e esse contexto tem repercussão de maneira diferente para o autor, para o tradutor e também para o receptor da mensagem. Essa contextualização passa através da palavra escrita (tradutor) e através da palavra falada (intérprete).

CHERRY (1966:33) argumenta que

A sugestão de que as palavras sejam símbolos de coisas, ações, qualidades, relações, etc., constitui uma simplificação ingênua e grosseira. As palavras [...] são resvaladiças. O pleno significado de uma palavra só aparece quando ela está colocada no seu contexto, e o contexto pode desempenhar uma função extremamente sutil [...] O significado dependerá de quem ouve e de quem fala, de toda experiência lingüística de ambos, do conhecimento que tenham um do outro e da situação inteira.

A polêmica sobre a (in)fidelidade também está presente no cotidiano do intérprete de língua de sinais, quando mediador entre o saber e o in-

divíduo surdo. São raros os momentos nos quais o intérprete é percebido enquanto sujeito, com suas experiências de mundo, com sua subjetividade e, portanto, com sua carga ideológica. No entanto, é nesse momento de inter-relação das mais diferentes culturas, numa situação singular de interpretação, que se fundem a visão de mundo do intérprete, da pessoa surda que o percebe, com a visão de mundo do emissor.

Para alguns autores, exigir do intérprete uma adesão completa ao estatuto da fidelidade seria desacreditá-lo, desconsiderá-lo enquanto sujeito no seu processo de vida e no desenvolvimento de sua «plena realização» profissional. Conforme AUBERT (1993:84),

[...] as exigências — lingüísticas, culturais, sociais, comunicativas, subjetivas — colocadas à tradução são freqüentemente conflitantes, contraditórias. Diante de tal situação, a visão do tradutor como sujeito a uma multiplicidade de servidões implicaria como que seu «esquartejamento», sua aniquilação e, no limite, a impossibilidade de satisfazer de maneira integral a qualquer uma das múlti-

plas exigências postas ao ato tradutório. A anulação de sua presença, o requisito do «apagamento», constitui, portanto, caminho certo e pré-determinado para (pré) julgar o tradutor como intrinsecamente incompetente e seu trabalho como inevitavelmente inadequado.

Há que dissolver idéias rígidas nesse sentido e aceitar que o intérprete tenha um espaço. Essa tendência desmitifica a função mediadora do intérprete, enquanto considerado como mero instrumento de ligação entre duas realidades. Apagá-lo é impedi-lo de ser sujeito, é conformismo em detrimento de sua atuação profissional. Ao contrário, o intérprete deve ser revigorado, como coloca TORAINE (1994:219-220):

O mundo moderno é, ao contrário, cada vez mais ocupado pela referência a um Sujeito que está libertado, isto é, que coloca como princípio do bem o controle que o indivíduo exerce sobre suas ações e sua situação e que lhe permite conceber e sentir seus comportamentos como componentes de sua história pessoal de vida, conceber a si mesmo como ator. O Sujeito é a vontade de um indivíduo de agir e de ser reconhecido como ator.

Sob esta visão, torna-se praticamente impossível ao intér-

prete anular-se, como se sua cosmovisão fosse passível de exclusão no momento do ato interpretativo, pois um mesmo objeto percebido por diferentes culturas nunca terá a mesma definição.

Essa dimensão simbólica atribuída ao intérprete de língua de sinais está associada às exigências que lhe são feitas em relação ao ato interpretativo. Mas há outras para considerar, como o descaso à oficialização de língua de sinais, tornando o intérprete um cidadão enfraquecido frente às possibilidades do exercício profissional com remuneração justa; também o difícil acesso a estudos específicos na área. A Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) é a única entidade que ofere-

“Necessitamos de uma legislação que resguarde a verdadeira dimensão que o intérprete possui frente à participação da pessoa surda no meio educacional.”

ce estudos e formação de intérpretes de língua de sinais no país, o que reforça a complexidade dos fatores circundantes à vida do intérprete. Apesar disso, percebe-se que cresce gradualmente a valorização tanto do intérprete como da língua de sinais, principalmente pela comunidade solidária. Contudo, ainda há muito para se construir nesta área de estudos, na tentativa

de eliminar as seqüelas de um século de submissão sofridas pelas pessoas surdas, herança do oralismo.

Nas palavras de SKLIAR (1997:244),

[...] não existe outra área na educação que mostre, em si mesma, tanta intollerância na reconstrução de seu passado, tanta incompreensão na percepção de sua atualidade e tantas divergências na perspectiva de sua vida futura.

Essas divergências são reflexo da falta de uma legislação que assegure às pessoas surdas um espaço educacional congruente com as particularidades de sua diferença

lingüística, e um espaço também para o intérprete de língua de sinais, que garanta a mediação entre o saber e a criança surda.

Necessitamos de uma legislação que resguarde a verdadeira dimensão que o intérprete possui frente à participação da pessoa surda no meio educacional. Assim, o resgate da autenticidade, da autonomia, do vir-a-ser da pessoa surda, numa direção de possibilidades, auto-conceito e desenvolvimento emocional saudáveis, passa pela compreensão de mensagens

da língua fonte, nas mais variadas situações, especialmente no contexto escolar, sem a repetição dos erros passados (e presentes), quando a pessoa surda era (e ainda é) isolada em sala de aula através do rótulo de deficiente ou «integrado».

Tornou-se imprescindível garantir aos surdos um espaço nas decisões referentes a sua educação, o que contribuirá substancialmente no sentido de melhorar sua qualidade de vida, conforme recomendações do XI Congresso Mundial de Surdos em Tóquio, 1991, em que os surdos reivindicaram a língua de sinais para o processo de sua educação escolar. Também em Mérida, onde ocorreu o III Congresso Latinoamericano de Educación Bilingüe para los Sordos, em 1996, a comunidade surda posicionou-se no sentido de ser a língua de sinais a sua primeira língua.

A partir desse novo espaço conquistado pelos surdos, passa a ser essencial a perspectiva de o intérprete integrar o cenário cotidiano da pessoa surda, através de bases legais constituídas por vontade política e da criação e manutenção de cursos para formação de intérprete.

Parece crucial, também, avançar estudos sobre essa temática, aprofundando conhecimentos com o intuito de expandir com urgência a educação das pessoas surdas, apresentando possibilidades de virem a ser, enquanto indivíduos, não mais objeto de deliberações da comunidade ouvinte, mas sujeitos de suas próprias decisões, no que concerne sua educação e sua vida.

Referências Bibliográficas

- AUBERT, Francis H. *As (In) Fidelidades da Tradução*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1993.
- BORDENAVE, Maria Candida. Tradução: Encontro de Linguagens e Ideologias. *Trabalhos em Lingüística Aplicada*. Campinas, (11); 19-25, jan./jun., 1988.
- BRITO, Lucinda. *Integração Social e Educação de Surdos*. Rio de Janeiro: Babel, 1993.
- CHERRY, Colin. *A Comunicação Humana*. São Paulo: Cultrix, 1968.
- MOUNIN, G. *Os Problemas Teóricos da Tradução*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- RÓNAI, Paulo. *A Tradução Vivida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- (-) *Escola de Tradutores*. 5ª edição, Rio de Janeiro: Nova Petrópolis, 1987.
- SÁNCHEZ, Carlos. Vida para os Surdos. *Revista Nova Escola*. São Paulo. Abril, nº69, 1993.
- SKLIAR, C., MASSONI, M., VEINBERG, S. El acceso de los niños sordos al bilingüismo y al biculturalismo. In: *Revista Infancia y Aprendizaje*. Madrid, 1995, vol.69-70, p. 85-100.
- SKLIAR, Carlos. A Reestruturação Curricular e as Políticas Educacionais para as Diferenças: o Caso dos Surdos. In: SILVA, Heron; AZEVEDO, José; SANTOS, Edmilson (Organizadores). *Identidade Social e a Construção do Conhecimento*. Porto Alegre: Ed. SMED, 1997. 366 p., p. 242-281.
- (-) *Cognición, Lenguaje y Sordera*. Conferencia presentada en el Encuentro Nacional de Profesionales de La Audición y el Lenguaje. Neuquen, 1991.
- (-) *La Lengua de Señas y el Cerebro de los Sordos*. *Revista APINEP*, año 1, n.2, p.3-4, 1994.
- TAGNIN, Stella. *A Tradução dos Idiomatismos Culturais*. *Trabalhos em Lingüística Aplicada*. Campinas. (11): 43-52, jan./jun., 1988.
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- UMBACH, Rosani. *O que Dizem os Teóricos sobre Tradução?* *Revista de Pós-Graduação em Letras* (Edição especial) Centro de Artes e Letras, UFSM (no prelo).